

‘ENVOLVIDAS’: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES SOBRE SUAS RELAÇÕES COM FACÇÕES CRIMINOSAS EM FORTALEZA¹

Larissa Ferreira Nunes^{2 3}, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

João Paulo Pereira Barros⁴, <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>

RESUMO. O objetivo deste artigo é analisar narrativas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade sobre seus envolvimento em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, conhecidas popularmente como facções, no contexto de Fortaleza-CE. Trata-se de uma pesquisa qualitativa à luz do método da cartografia, operacionalizada a partir de entrevistas narrativas autobiográficas com 10 adolescentes a quem foi atribuído o cometimento de ato infracional análogo ao tráfico de drogas. Para análise dos dados, utilizamos aportes teóricos da Psicologia Social em seus diálogos com estudos interdisciplinares sobre violência, juventude e seus marcadores sociais. A seção de resultados e discussão traça as seguintes linhas de envolvimento das adolescentes com facções, as quais se sobressaíram nas narrativas: precarização desigual da vida como projeto político de marginalização das adolescências periféricas; capturas de modos de subjetivação associados ao imperativo de ‘viver intensamente’; segregação socioespacial e internalização do estereótipo da ‘perigosa’; efeitos da institucionalização no (re)enquadramento como ‘envolvidas’; objetificação de mulheres no sistema cisheteropatriarcal; e intersecção entre gênero, classe, raça, idade e local de moradia junto ao recrudescimento de processos de subalternização a partir do envolvimento em facções. A partir das análises, concluímos que o gênero, em suas interseccionalidades, é uma importante chave de análise dos efeitos psicossociais da violência nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade e nas hierarquias internas de grupos criminosos que disputam mercados ilegais e territórios urbanos.

Palavras-chave: Adolescente; violência; gênero.

‘INVOLVED’: ADOLESCENTS’ NARRATIVES ABOUT THEIR RELATIONSHIPS WITH CRIMINAL FACTIONS IN FORTALEZA

ABSTRACT. This paper aims to analyze narratives of adolescents deprived of their liberty by socio-educational measure about their involvement in criminal organizations linked to drug trafficking, popularly known as factions, in the context of Fortaleza-CE. This is a qualitative research in the light of the cartography method, operationalized from autobiographical narrative interviews with 10 adolescents who are accused of committing an infraction analogous to drug trafficking. To analyze the data, we used theoretical contributions from Social Psychology in its dialogues with interdisciplinary studies on violence, youth and their social markers. The results and discussion section traces the following lines of involvement of adolescents with drug factions, which stood out the most in their narratives: unequal precariousness of life as a political project of marginalization of peripheral adolescences; captures of modes of subjectivation associated with the imperative to ‘live intensely’; socio-spatial segregation and internalization of the stereotype of the ‘dangerous’; effects of institutionalization on (re)framing as ‘Involved’; objectification of women in the cisheteropatriarchal system; and intersection of gender, class, race, age, and place of living. From the analysis we conclude that gender is a fundamental category for understanding the psychosocial effects of

¹ Editor de seção: Leticia Cavalieri Beiser de Melo

² Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, Brasil.

³ E-mail: larissafnpsico@gmail.com

⁴ E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com



violence on the life trajectories of adolescents deprived of their freedom, as well as a preponderant factor for their enrollment in the drug trade.

Keywords: Adolescent; urban violence; gender.

‘INVOLUCRADAS’: NARRATIVAS DE ADOLESCENTES SOBRE SUS RELACIONES CON FACCIÓNES CRIMINALES EN FORTALEZA

RESUMEN. El objetivo de este artículo es analizar las narrativas de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas privativas de libertad sobre su participación en organizaciones criminales vinculadas al tráfico de drogas, conocidas popularmente como facciones, en el contexto de Fortaleza- CE. Se trata de una investigación cualitativa a la luz del método cartográfico, operacionalizada a partir de entrevistas narrativas autobiográficas a 10 adolescentes acusadas de cometer una infracción análoga al tráfico de drogas. Para el análisis de los datos, se utilizaron aportes teóricos de la Psicología Social en sus diálogos con estudios interdisciplinarios sobre la violencia, la juventud y sus marcadores sociales. En el apartado de resultados y discusión se exponen las siguientes líneas de implicación de las adolescentes con las facciones, que mais se destacam en sus relatos: la precariedad desigual de la vida como proyecto político de marginación de las adolescencias periféricas; las capturas de los modos de subjetivación asociados al imperativo de ‘vivir intensamente’; la segregación socio-espacial y la interiorización del estereotipo da ‘peligrosa’; los efectos de la institucionalización en el (re)encuadramiento como ‘involucrada’; la objetivación de las mujeres en el sistema cisheteropatriarcal; y la intersección de género, clase, raza, edad y lugar de residencia. Del análisis se concluye que el género es una categoría fundamental para entender los efectos psicosociales de la violencia en las trayectorias de vida de las adolescentes privadas de libertad, así como es un factor preponderante para su inscripción en el tráfico de drogas.

Palabras clave: Adolescente; violencia urbana; género.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar narrativas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sobre seus envolvimento em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, conhecidas popularmente como facções, no contexto de periferias de Fortaleza-CE. Este trabalho é fruto de uma dissertação que visou analisar os atravessamentos da violência existente em territórios urbanos nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. Tal pesquisa fez parte da pesquisa guarda-chuva ‘Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza-CE’ do VIESES: Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Teoricamente, apoiamo-nos em referências da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos inter e transdisciplinares sobre violência, juventude e seus marcadores sociais. Utilizamos a cartografia como *ethos* da pesquisa-inter(in)venção, por meio de entrevistas narrativas de história de vida.

Um dos aspectos psicossociais que mais têm chamado atenção dos estudos em Psicologia Social acerca dessas dinâmicas da violência no Ceará é a tentativa de naturalização da morte de adolescentes e jovens negros(as) e pauperizados(as) através de sua criminalização, enquadrando tais sujeitos como suspeitos a priori, por supostamente terem ligação com o mercado varejista de drogas ilícitas. As pesquisas dos autores Benício et al. (2018) e Cavalcante et al. (2022) apontam alguns dos efeitos dessas transformações psicossociais do crime nas territorialidades periféricas da cidade, mostrando como isso corrobora para a produção ficcional de inimizade entre as facções, bem como destas com a polícia, e, diante dessa realidade, salientam estratégias de enfrentamento e de resistências de jovens.

Destaca-se, nesse contexto, o agravamento da problemática das mortes de adolescentes e jovens mulheres, em sua maioria pobres e negras. Desde 2015, têm sido mais recorrentes casos de tortura e feminicídio nas tramas da violência em periferias urbanas, bem como a espetacularização dessas práticas violentas em redes sociais (Sousa et al., 2020). Isso tem ocorrido em meio às transformações sociais do crime no Ceará e à reprodução do racismo estrutural e do cisheteropatriarcado.

Um aspecto que se sobressai nessas transformações é a atuação de organizações criminosas popularmente conhecidas por facções, as quais atuam em territorialidades periféricas e produzem efeitos significativos na gestão e na instrumentalização das condições da vida e da morte. Para conhecimento, no Ceará encontram-se presentes as facções Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e, a interna cearense, Guardiões do Estado (GDE). Há relatos de que a Família do Norte (FDN) não atua mais na capital cearense e algumas outras pequenas facções atuam em parceria com essas citadas. Alguns trabalhos relatam o processo de mudança e fortalecimento das facções, tais como Sousa (2019) e Paiva (2019).

Ainda para fins de justificativa, vale apontar que as dinâmicas da violência criminal em periferias urbanas atravessam a vida de adolescentes e jovens mulheres e se entrecruzam a partir de sobreposições de marcadores sociais singulares a cada trajetória de vida, os quais corroboram para a inscrição desses(as) no tráfico de drogas e, conseqüentemente, nas facções criminosas. A pesquisa de Nunes e Barros (2022) aponta que a Psicologia Social deve se apropriar do gênero como importante categoria de análise interseccional com raça, classe, território e geração, corroborando para a produção de subjetividades as quais evocam modos de se relacionar mais cautelosos ao evitar certas localidades, prestar atenção com quem se relaciona, viver com incertezas e desalento quanto ao futuro e lidar com o medo de morrer, ser torturada ou sofrer violência sexual.

Diante do exposto, a fim de pôr em análise o ‘envolvimento’ de meninas em facções que atuam no Ceará, as seções a seguir buscam traçar, a partir de narrativas de trajetórias de vida, quais linhas de força as envolvem nas dinâmicas desses grupos e contribuem para a gestão da vida e da morte de adolescentes e jovens mulheres que residem em territórios com domínios de facções criminosas. Essa pecha de ‘envolvimento’ surge, então, como uma categoria local, presente no cotidiano das periferias de Fortaleza, figurando como emblema psicossocial das tramas perversas entre criminalização juvenil e políticas de morte nas atuais dinâmicas da violência urbana cearense. O ‘envolvimento’ emerge, neste artigo, portanto, como um analisador de modos de subjetivação e subalternização juvenis em contextos de violência, sob um prisma que intersecciona gênero a outros marcadores sociais de diferença e desigualdade.

Tal categoria é notoriamente usada como justificativa social e política para a desresponsabilização por parte de agentes de segurança pública diante dos elevados índices de assassinatos e do encarceramento em massa, produzindo assim o(a) ‘envolvido(a)’ como ‘sujeito matável’, culpabilizado(a) por sua própria desventura (Barros et al., 2019). Essas dinâmicas sociais podem ser relacionadas à noção de necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2017), como uma forma de gestão social e política nos governos neoliberais sobre o controle e a subjugação da vida ao poder da morte, ou seja, uma gestão em larga escala de zonas de morte. Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para formulações epistemológicas na Psicologia e para a construção de políticas públicas que visem romper com as engrenagens necropolíticas que atingem, interseccionalmente, a vida das meninas negras e periferizadas.

Percorso metodológico

A pesquisa teve natureza qualitativa e se deu a partir do método da cartografia, que, segundo Passos et al. (2014), é um método que visa acompanhar processos de produção de subjetividades a partir do plano coletivo das forças que os engendram. A escolha desse método de pesquisa ocorreu pelo objetivo de traçar linhas que tecem o envolvimento de adolescentes privadas de liberdade com facções a partir das narrativas das próprias participantes sobre suas trajetórias de vida. O lócus da pesquisa foi o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota, único centro socioeducativo destinado a adolescentes do gênero feminino a quem se atribui o cometimento de ato infracional no Ceará. Elegemos como critério de inclusão para a pesquisa: ter a partir de 14 anos de idade; receber visitas de responsáveis, para que estes

pudessem ser interpelados quanto à participação da adolescente na pesquisa; e, por fim, ter vivência no tráfico de drogas. As psicólogas da unidade contribuíram significativamente com a busca por esse perfil ao sugerirem adolescentes que estavam dentro do critério e informarem o melhor horário para encontrar os responsáveis pelas adolescentes em dias de visita.

No total, onze adolescentes foram convidadas a participar da pesquisa; dez delas aceitaram e compartilharam suas histórias de vida. São elas: Loirinha, Chinesa, Japa, Duda, Pérola, Lilian, Marta, Novinha, Paul e Lorin (essas duas últimas escolheram nomes que fazem referência a ambos os sexos devido à sua transitoriedade de gênero). Destas, com cinco (Loirinha, Japa, Lorin, Pérola e Marta) foi possível fazer mais de uma entrevista por ainda estarem cumprindo medida socioeducativa durante a inserção em campo. Essas adolescentes tinham entre 14 e 18 anos de idade. Sobre as autodeclarações, sete delas se disseram negras, uma indígena e as outras duas se autodeclararam brancas.

A ferramenta escolhida foi a entrevista narrativa autobiográfica sob o manejo cartográfico. O manejo cartográfico da entrevista aposta no seu caráter dialógico e na sua capacidade de agenciar um espaço de reelaboração e de reposicionamento em termos dos processos de subjetivação (Passos et al., 2014). Nesse sentido, coloca-se como uma contribuição micropolítica da pesquisa para a ruptura de modos de sujeição de juventudes periféricas relacionados ao silenciamento, à criminalização e à segregação.

As entrevistas foram audiogravadas, transcritas e lidas; com as cinco adolescentes com quem tivemos um segundo momento foi possível retomar alguns pontos da entrevista anterior a fim de mergulhar na experiência destas (Passos et al., 2014). Em um segundo momento, foi feita uma nova leitura das transcrições em busca do que era singular àquelas meninas e o que era transversal em suas trajetórias, divididas assim em cenas analisadoras. Essas cenas, ao serem reeditadas, rompem realidades e produzem novos agenciamentos no campo da análise e da intervenção (Rossi & Passos, 2014).

Referente às questões éticas da pesquisa, foram respeitadas as diretrizes das Resoluções do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, 466/12 e 510/16, aprovado com o Parecer nº 3.398.916.

Resultados e Discussão

A partir das entrevistas sob o manejo cartográfico, traçamos, a seguir, algumas linhas que atuam no 'envolvimento' das interlocutoras com facções ligadas ao tráfico de drogas em Fortaleza.

Precarização desigual da vida de adolescências periféricas

Ao falarem de suas trajetórias de envolvimento em grupos ligados ao tráfico de drogas, as adolescentes destacam que suas inscrições nas facções decorrem de processos de precarização desigual e maximizada de suas vidas, os quais se expressam pelo desamparo sócio-institucional a que foram submetidas e pela limitação de oportunidades sociais que lhes foram destinadas. O relato de Pérola sobre sua trajetória de vida é exemplar quanto a isso.

Residente de uma periferia de Fortaleza, desde cedo Pérola teve que aprender a lidar com as relações de poder envoltas no tráfico de drogas, devido à presença local desse comércio ilegal em sua vida e também por, posteriormente, sua mãe traficar no bairro onde mora. Segundo a elaboração subjetiva narrada por Pérola, a falta de oportunidades, o desamparo estatal e a convivência diária com violações de direitos, vendo a realidade do tráfico como mais possível diante de outras, foram aspectos que contribuíram para sua inserção em uma das facções que atuam em Fortaleza.

Eu fui assim, quando eu comecei, eu vi que o dinheiro era fácil, tudo era fácil pra mim, eu vi que eu conseguia e não queria mais parar. Aí foi quando eu engravidei, né, e disse que eu ia mudar de vida depois de quando eu comprasse tudo da minha filha, eu ia tentar mudar de vida por ela. Porque eu quero que ela cresça não vendo o que eu fazia. Porque, tipo assim, eu fui fazer o que eu vi, porque, se eu não tivesse visto, com certeza, eu não estaria aqui (Pérola, 2019, informação verbal).

A respeito dessas violações de direitos que marcam as trajetórias de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional, Scisleski et al. (2017) problematizam que o Estado parece entrar, primeiramente, em conflito com o adolescente. De modo geral, ao falarem sobre suas trajetórias, as interlocutoras expõem estruturas neocoloniais (raça, classe e gênero) que atravessam suas trajetórias,

materializadas, sobretudo, pela produção de zonas de morte por parte do Estado e sua gestão necropolítica de corpos matáveis, como as favelas e as prisões. Essas e outras violações de direitos visibilizam o Estado enquanto uma instituição ativa para produção de territorialidades vulneráveis e precarizadas. Nesses locais, a polícia ostensiva, em consonância com a política de guerras às drogas, muitas vezes, torna-se o primeiro contato com o Estado (Barros et al., 2019).

Por sua vez, ao falar das dificuldades financeiras e de encontrar um emprego formal, outra participante da pesquisa, Loirinha, contou-nos que sua mãe trabalha nos conhecidos 'bicos' de costura (atividade laboral informal) e que, quase sempre, não tinha a garantia da subsistência da família por ganhar pouco dinheiro fazendo acabamento de peças de costura.

Essa busca de dinheiro em um contexto socioeconômico desigual e com poucas oportunidades para entrada no mercado formal de trabalho bem remunerado e com certa qualidade de vida contribuiu, como frisa Loirinha, para sua inserção em pequenos 'bicos' no tráfico, como ficar de vigia na esquina para informar se a polícia se aproxima, levar mercadorias (mula) ou mesmo exercer o cargo de vendedora para ganhar mais dinheiro e, em último e raro caso, ser 'dona' de uma 'boca' (local de venda de drogas ilegais).

Em outras entrevistas, essa busca por garantir a subsistência ou a satisfação de necessidades de consumo apresentou-se de três maneiras: 1. em alguns casos, como Duda e Paul, também foram relatadas vivências de trabalho (ilegal) precoce para ajudar na renda familiar, contribuindo para que chefes de 'bocas' (pontos de venda de drogas ilegais) se interessassem por tal 'mão de obra'; 2. Ao ver essa realidade de empregos precários e com baixos salários, as adolescentes acabam sendo cooptadas pelo tráfico a partir da promessa de que, nele, terão oportunidades de ganhar montantes inimagináveis em atividades formais, exercidas por pessoas de seu grupo social; e 3. por fim, as mães que já foram presas, assim como outras pessoas taxadas de ex-presidiárias, sobretudo pelo crime de tráfico de drogas, ao saírem da prisão não conseguem empregos, o que, conseqüentemente, faz com que elas voltem a traficar drogas.

Desse modo, não nos referimos a uma adolescência universal e homogênea (simplesmente uma etapa da vida), mas a trajetórias constituídas pelo signo da desigualdade social, atravessadas pelas sobreposições dos marcadores sociais de raça, gênero, classe e local de moradia (território). Tratamos aqui de adolescências produzidas, assim, na condição de precarização sistemática e assimétrica do reconhecimento de uma vida (in)vivível, no sentido proposto por Butler (2019). Segundo Butler (2017), todas as vidas são precárias, contudo, há uma condição politicamente induzida da maximização da precariedade de certos grupos que sofrem historicamente com a deterioração das redes de apoio social e estão em situação mais vulnerável às redes e circuitos de exclusão, violência e morte.

Tem coroa, tem senhora, tem é tudo. Tem uma senhora lá que tá de tornozeleira e continua vendendo. E, tipo assim, o ex-presidiário, alguns não têm como arranjar emprego porque é ex-presidiário, eles não querem. É por isso que muitos menores estão aí, tá fazendo besteira por conta que não tem [...] porque se tivesse mais esporte, mais escola, ao menos os menor não tava envolvido no crime como é. Porque se tivesse isso e um curso de responsabilidade, eles com certeza iriam fazer isso. Colégio integral, não tem isso em muitos cantos, né; tem poucos. E os menor vê o crime ali aí vai e faz, gosta e quer fazer mais ainda. No lugar de se afastar, não: vai se afundando mais ainda, mais ainda, mais ainda. E, quando a pessoa começa, não quer mais parar (Pérola, 2019, informação verbal).

Chama a atenção nesses relatos a elaboração subjetiva segundo a qual crescer nesse contexto desigual contribui para adolescentes internalizarem que não terão tantas oportunidades para ascender socialmente, fazendo-as pensar em caminhos 'mais rápidos' para um 'trabalho' melhor remunerado, sendo o tráfico a opção naturalizada em seus cotidianos, pela proximidade frequente e por estar calcado na ideia de um mercado 'rentável'.

Obstrução do futuro e capturas de modos de subjetivação associados ao imperativo de viver intensamente

Outra linha desse 'envolvimento' com facções que se sobressaiu nas narrativas das participantes sobre suas trajetórias de vida refere-se aos efeitos de modos de subjetivação pautada na adesão ao *ethos*

da aventura/intensidade em detrimento do par 'moralizador trabalho-longevidade'⁵, tal como refletiu Sousa (2019) em sua pesquisa. Isso remete, sobretudo, a uma vida arriscada, com lucro imediato e possibilidade de ostentação que supostamente driblaria a '(in)visibilidade perversa' que assola jovens pobres da periferia constituídos na condição de não cidadãos (cidadania escassa), tidos, ainda, como metáforas da violência (Sales, 2005). A seguir, podemos acompanhar como Lorin narra sua trajetória e ilustrar como isso opera:

Chamaram ela, que disseram que ela ia ter dinheiro do bom, que ela ia ter tudo do bom e do melhor. E que ia ter fama, respeito, essas coisas. Aí ela disse que se envolveu só pra se envolver. [...] Tipo assim, ficar bem considerado na quebrada: onde a gente passa todo mundo fala com a gente. Tipo, chegar num canto e não tiver dinheiro pra comprar, o cara consegue já comprar sem dinheiro mesmo. Ganha respeito, essas coisas. A mulherada cai em cima (Lorin, 2019, informação verbal).

Na pesquisa de Sousa (2019), também coproduzida com jovens cearenses que participavam do tráfico de drogas e facções, a ascensão financeira, a ascensão afetiva e, sobretudo, a renúncia ao caminho do mercado legal que 'mói' diariamente a vida dos(as) trabalhadores(as) e não possibilita um acesso à vida intensa seriam 'motivos' de pertencimento de jovens às facções criminosas. Ainda na perspectiva do autor, em sua vasta maioria, aqueles que entram no mercado do tráfico de drogas almejam carreiras meteóricas e, futuramente, imaginam conseguir uma boa quantidade de dinheiro para sair do negócio. Soma-se a isso o fato de serem o perfil mais vitimado nas tramas da violência urbana (Barros et al., 2019). Trata-se de uma realidade que fortalece a ideia de viver, aproveitar e consumir intensamente.

Fui em festa demais. [...] foi assim, que chegar lá tinha tudo, tinha bebida, tinha tudo que queria beber, porque o tráfico é de lei, lá onde eu moro dá muito dinheiro. Eu estava até com uma moto, comprei até uma moto. [...] eu não ia ficar no tráfico para continuar ali, na mesma coisa, né? Pra tirar onda [sair a hora que quer e para onde quer], a pessoa é mais respeitada também pela população em si (Marta, 2019, informação verbal).

A perspectiva da longevidade é tomada como 'inviável' diante da iminência da morte, viver intensamente torna-se uma forma de driblar a morte "[...] como metáfora de não deixar minguar em vida" (Oliveira, 2001, p. 114). São processos de subjetivação que produzem formas de vida sob o signo da intensidade aventureira (Sousa, 2019). Além disso, inserida também no capitalismo, a mecânica do tráfico tem a mesma lógica maquinica de exploração, opressão e com a ideia ilusória de que com o 'esforço' se chegará ao topo. Há também uma lógica perversa de (in)visibilidade a partir do consumo, em que os adolescentes passam a ser aquilo que consomem e ostentam. Isso deve ser lido de forma cautelosa, pois estamos nos referindo ao fato de que essa lógica perversa corrobora para modos de ser permeados pela ostentação e pelo suposto respeito alcançado a partir disso.

Comia, comprava roupa, só essas coisas. Eu não tenho nenhum objeto assim mesmo que [...] tenho nada não com o dinheiro do tráfico não. Parece que não, o dinheiro do tráfico parece que faz é voar da nossa mão, nem gosto de trabalhar (Loirinha, 2019, informação verbal).

Nessa fala de Loirinha, materializa-se o dilema que é atuar subalternizadamente no contexto varejista do tráfico: ao mesmo tempo em que as adolescentes conseguem garantir uma subsistência a partir do que ganham, há uma função de sujeição capitalístico-colonial sendo relacionada cotidianamente, qual é a culpabilização por praticarem atos ilegais ao invés de seguirem outro caminho. Paul também relata isso ao dizer que 'o dinheiro suado' de quando trabalhava na feira durava mais por ser 'abençoado' (em suas palavras). Já o dinheiro do tráfico rapidamente se esgota com consumos variados, além dos gastos da subsistência, como aluguel e comida. Ao passo que consideram importante o que fazem para se manterem vivas, as adolescentes 'envolvidas' entendem que é incorreto e prejudicial a si mesmas e às demais pessoas. Embora, de modo geral, o *modus operandi* desse mercado ilegal atue na produção desejante das adolescentes, sobretudo

⁵ Neste caso, a noção de desejo sai de um parâmetro moral, assim as produções desejantes são complexas e não necessariamente passam por essa moral que impõe o trabalho formal precarizado como algo a ser. Indicamos também a necessidade de se ter cautela com a ideia de que a ética se adequa ao que é moralmente aceito.

pela via da ostentação e da euforia, nem sempre viáveis em outras formas de sociabilidade, esses modos de subjetivação têm sido reforçados no ‘estilo de vida’ vendido pelas facções.

Comprava roupa, chinela, bocado de coisa. [...] Eu dava dinheiro pra ela também [...] Eu ia pro baile de favela só às vezes [...] Elas [outras mulheres] ficam vendendo droga pra ganhar dinheiro, tem umas que vende pra comprar as coisas do filho que o pai tá preso, aí vende droga pra comprar as coisas pra dentro de casa e pros filhos (Duda, 2019, informação verbal).

Como um ciclo, o tráfico de drogas leva as adolescentes a entrarem em facções, isso torna essas adolescentes mais suscetíveis às malhas necropolítica; agora não somente pela precarização politicamente induzida de suas vidas, mas também pelas disputas belicistas que as facções têm uma contra a outra na busca pelo monopólio do tráfico de drogas local. Nas palavras de Loirinha, “[...] como eu trafico, só posso traficar se eu me envolver, porque não tenho acesso às drogas” (Loirinha, 2019, informação verbal). Além disso, se um bairro é dominado por uma facção, ou mesmo quando o bairro tem divisões, a pessoa que for vender drogas não pode pegar essas drogas senão de quem domina aqueles territórios: “Tipo, porque pra vender droga tem que ser faccionado agora, a pessoa não pode não ser faccionado e tá vendendo droga mais não, é difícil agora” (Marta, 2019, informação verbal). As jovens relatam ainda que, depois que carregam a pecha de envolvidas, seja integrante ou não de uma facção, é difícil buscar mudar de vida. Segundo elas, não por impedimento da facção, mas pela marcação de suas vidas antagônicas; isso faz com que elas permaneçam nas facções em busca de ‘segurança’.

Foram comuns narrativas que incorporam um ideal de descartabilidade e de um certo fatalismo quanto ao destino imutável: “[...] é estranho a pessoa saber que a qualquer hora pode morrer” (Loirinha, 2019, informação verbal). Esse aumento de modos de vida acuada, inerte às lógicas da guerra às drogas e seus efeitos como as facções e o crescente militarismo por parte do Estado em periferias do capitalismo (Barros et al., 2019) são condições de modos de viver que contribuem para que elas internalizem certos comportamentos de risco e atividades ilícitas que proporcionam adrenalina, tais como uso de drogas pesadas, prática de roubos, participação em festas etc.

Segregação socioespacial e internalização do estereótipo da perigosa

Para apresentarmos a outra linha de envolvimento, retomamos a ideia da ‘envolvida’ que as adolescentes internalizam em seus modos de subjetivação a partir de Judith Butler (2017) e sua teoria da sujeição. Nas palavras da autora, “[...] como forma de poder, a sujeição é paradoxal” (Butler, 2017, p. 9). Na medida em que subjetividades são produzidas pelas relações de poder, o processo de sujeição da pecha ‘envolvida’ que interpela as adolescentes ocorre das seguintes maneiras: 1. a partir dos discursos midiáticos e sociais que reiteram o dispositivo da criminalidade, sobretudo reforçando a morte ou a privação de liberdade dessas pessoas; 2. o enquadramento em ‘abjeta’ (Butler, 2017) e, portanto, não passível de luto, em que o Estado acaba por reiterar sua desresponsabilização diante dessas mortes uma vez que não geram comoção pública; 3. a redução das adolescentes às atividades ilícitas, sobretudo nas facções, por serem reconhecidas no grupo a partir da numeração que representaria um crime tipificado no Código Penal brasileiro; 4. o encadeamento de marcadores de raça, classe, gênero, território (local de moradia) e idade (ser jovem); e 5. a produção subjetiva dessas jovens em vidas supérfluas e descartáveis a partir dessa subordinação. A figura da ‘envolvida’ é, então, uma identidade abjeta a qual enquadra jovens em vidas que não são consideradas vividas e, portanto, seu aniquilamento não somente é esperado, como desejado (Barros et al., 2019).

Apontamos, desse modo, a segregação/exclusão produzida pelo Estado e pela sociedade, de modo que as adolescentes são vistas como anormais, o que gera a internalização do signo de supérfluas. Esse aspecto pode ser visto nas seguintes falas: “Que sempre vai ter [...] morreu um nasce outro, cai um, tem outro lá fora pra ocupar o lugar. Enfim, eu acho que pra ele tanto faz, cair aqui ou morreu” (Lorin, 2019, informação verbal) e “Eu acho laranja isso assim, só que nós achamos o erro e não sai do erro” (Lilian, 2019, informação verbal).

A ideia de cidadania escassa proposta por Mione Sales (2005) é retomada aqui no ‘ter e no ser’: ter respeito, ter fama, ser considerada, ser amada e ser desejada. Ou seja, que sua existência seja

viabilizada (vivente mesmo que pouco), sua vida seja reconhecida (visibilizada) e sua voz seja ouvida (dizibilidade), mesmo que a partir de atos ilícitos. Isso é uma pista motriz para o envolvimento e sua perpetuação. Nossas interlocutoras não são 'consideradas' pela mídia, nem pela sociedade ou pelo Estado, sobretudo fruto de processos do classicismo e do racismo estruturantes da sociedade brasileira. Buscam o reconhecimento social em uma sociedade que as coloca como ninguém, inimigas, 'vidas abjetas' e, portanto, não passíveis de luto (Butler, 2017).

Institucionalização como (re)enquadramento como 'envolvidas'

A antepenúltima linha de envolvimento refere-se à institucionalização como subscrição do envolvimento. O enquadre das 'envolvidas' em facções ocorre, sobretudo, pelo território, entendido como uma linha que compõe os jogos de força que interpelam as jovens. Isso quer dizer que determinados comportamentos, estilos estéticos e modos de vida são agenciados pelo local de moradia no enquadre a qual facção a pessoa 'pertence'. Por exemplo, quando a jovem chega ao Centro Socioeducativo, ela é interpelada sobre a qual facção pertence e, mesmo que ela diga que a nenhuma, é o local de moradia e a dominância da facção no território em que ela reside que determinarão essa corporificação. Esta pode ser de duas formas: batizada (quando passa pelo processo de inscrição do que seria oficial) e simpatizante (as adolescentes que cometem atos ilícitos e vivem em bairros com domínio específico).

Eu não sou nada, minhas áreas são dois, mas agora eu não sou nada; aí as meninas já me consideram envolvido. Você é envolvido, tu tá aqui. Se tu tá aqui é porque você fez alguma coisa e há envolvimento; aí as meninas fazem assim pra mim [faz dois com a mão], aí eu pego e faço; aí, quando eu canto uma música de outras áreas, as meninas já falam pra mim e tal: Ei, Lorin, chegar nas áreas e o pivete saber disso que tu tá cantando essa música aí você vai levar uma [inaudível] e tal. Aí, eu não posso mais cantar; eu só canto música do CV. Agora, não posso mais cantar música do GDE. Aí, tipo assim, eu fico naquela, porque eu não quero me envolver nessas coisas; não queria e nem quero. (Lorin, 2019, informação verbal).

A institucionalização reafirma esse enquadramento em uma facção, de modo que os funcionários do Centro, os jornais e outras mídias acabam por reforçar essa lógica, o discurso que funda a 'envolvida'. A institucionalização figura-se, portanto, como um carimbo simbólico; um alvo que vulnerabiliza, ainda mais, as adolescentes e, por consequência, dificulta ainda mais o que se entende por 'ressocialização'⁶.

Ressaltamos que isso também acontece em outros locais como favelas e presídios. A respeito desse último, Chinesa narrou a cena de como ficou conhecida por integrantes de facções rivais à do seu namorado ao ir visitá-lo no presídio e, a partir desse acontecimento, foi enquadrada como 'mulher de bandido', 'integrante de facção x' e 'envolvida'. Em suas palavras: "No presídio, já fiquei marcada por outras facções [...]. Daí eu comecei a se envolver, porque eu não era conhecida por nenhum traficante que era rival da nossa facção" (Chinesa, 2019, informação verbal). Diante disso, percebemos que, ao invés de ressocializar, a institucionalização reitera e, em alguns casos, até mesmo constrói o estigma de 'envolvida'.

Objetificação de mulheres no sistema cisheteropatriarcal

A penúltima linha do envolvimento que apresentamos aqui está intimamente conectada à objetificação da mulher no sistema cisheteropatriarcal e colonial. Referimo-nos ao envolvimento a partir dos relacionamentos afetivos com pessoas faccionadas. Ao se referir ao sistema cisgênero, heterossexual e sob a égide do patriarcalismo, Akotirene (2018) articula as imbricações de marcadores de opressões que formulam modos de gerir a vida social. Na análise de Akotirene (2018), é preciso nos atentarmos para a inseparabilidade do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcalismo na produção desigual da vida das mulheres.

A ideia que é fortalecida no *modus operandi* da violência é a da objetificação da mulher ao homem, subordinada a ele, reduzida a mulher de bandido e pertencente às lógicas da facção que o companheiro compõe. Isso está intimamente ligado ao aumento de mortes de adolescentes e jovens mulheres no Ceará e a sua percepção como território de disputa e exposição de poder, à medida que a tortura e o assassinato

⁶ A ressocialização é uma problemática que não será abordada aqui, mas que deve ser pesquisada, sobretudo a partir do reordenamento da violência urbana.

são feitos de forma brutal, filmados e divulgados em massa. Tudo isso, expressaria um poder de uma facção diante da outra dentro da lógica bélica masculinista que sustenta as facções (Barros et al., 2019).

É comum, desse modo, que os jovens não queiram namorar jovens que estejam faccionadas ou que atuem cotidianamente no tráfico, até que eles sejam presos e precisem delas para manter seu negócio 'na ativa'. Isso aconteceu com Chinesa e com Loirinha, esta última disse que se o namorado descobrisse que ela estava traficando, ela "[...] levava era uma pisa" (Loirinha, 2019, informação verbal).

Porque tipo, eu não tinha que traficar mais, mas não era muito envolvida assim, né? Com os meninos, com os traficantes assim; aí depois quando o meu companheiro foi preso, aí eu fui de zero a baixo, me envolvi mais. Aí me envolvi tanto que vim parar aqui (Loirinha, 2019, informação verbal).

Utilizando as problematizações apontadas por Lugones (2014), observamos em voga a colonialidade de gênero como estruturante da modernidade, junto à colonialidade do saber, do poder e do ser, assinalada por Aníbal Quijano (2009). A colonialidade de gênero opera como um propulsor do machismo imbricado ao patriarcado colonial, de modo que, para Lugones (2014), gênero e raça são cânones da formulação do sistema mundo e do enquadramento ontológico dos sujeitos. Por isso, observamos a manutenção da objetificação subalternizada a partir da feminização e da genderização de adolescentes e jovens mulheres em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

Algo que também foi visto em relacionamentos entre mulheres: Marta só entrou para a facção quando terminou um namoro com a jovem que chefiava o tráfico local. Em suas palavras: "Porque quando eu morava com ela, ela não deixava eu me envolver com nada disso. Aí quando eu me separei dela, eu cheguei nela e disse vai deixa eu entrar no movimento? e ela pegou e deixou" (Marta, 2019, informação verbal). Marta depois passou a reproduzir a mesma lógica de não namorar 'envolvidas'; acerca disso, disse que não é interessante namorar uma pessoa que, assim como ela, tem a morte à espreita.

Intersecção do gênero, classe, raça, idade e local de moradia

Por fim, as últimas linhas referem-se à subalternização de mulheres a essa lógica capitalista no tráfico de drogas, que está intimamente relacionada com a linha de menorização e generificação das funções exercidas por mulheres no tráfico de drogas. Além disso, elas dialogam também com a linha anteriormente apresentada, os envolvimento afetivos com integrantes de facções e a sexualização. Ao que parece, como forma de driblar as abordagens policiais e flagrantes, esses grupos criminosos costumam 'sexualizar' e 'menorizar' a mão de obra no tráfico, reforçando a submissão e subalternização da mulher. Ao responder sobre as possibilidades de mulheres entrarem no sistema, Marta respondeu: "Aí que eles querem mesmo menina, que não chama muita atenção. Homem não, homem já é mais fácil [...] aí o policial vê e já pode abordar. Não é sempre que tem pefem⁷ na viatura pra abordar menina, entendeu?" (Marta, 2019, informação verbal).

A relação entre a submissão da mulher e o envolvimento afetivo de integrantes de facção fica evidente quando a jovem assume o ato ilícito em detrimento do seu companheiro (assumindo o papel de laranja). Conta Lorin: "Tem menina que só cai aqui porque come o B.O. do parceiro que tá envolvida. Aí come B.O. e vem pra cá de laranjas" (Lorin, 2019, informação verbal).

Os processos de inscrição das jovens no mercado das drogas ilícitas evidenciaram a relação do gênero feminino à cooptação destas no tráfico, tanto pela feminização de alguns trabalhos lidos como femininos por se tratar de algo a fazer com maior cuidado, como embalagem, quanto pela possibilidade de mulheres não chamarem tanta atenção de agentes da segurança pública. A dinâmica fica evidente no relato: "Ele não tinha [droga], aí eles ligavam pra outra pessoa e aí eu ia buscar [...] os meninos de lá é tudo de maior, né? Só quem ia mais era os de menor. Que de maior é meio embaçado" (Loirinha, 2019, informação verbal).

As relações de poder de gênero e sexo estão presentes em todos os âmbitos sociais; a divisão do trabalho sexual, a subalternização e a submissão da mulher às lógicas masculinistas no tráfico de drogas

⁷ Policial mulher. Foi comum as interlocutoras dizerem que, nas abordagens policiais, apenas os homens estavam suscetíveis. Lorin contou que, em muitos momentos, não é necessário enterrar drogas enquanto fica na esquina esperando comprador; já os jovens precisam, pois se a viatura passar, ele é revistado e ela não.

as colocam nas trincheiras desse mercado. Sobre isso, conta Japa (2019, informação verbal): “Que eu sendo mulher e sendo de menor, é menos... eles acham que na visão deles é menos [...] desconsiderado”.

Observamos a subordinação da mulher às estruturas masculinistas, seja pelo relacionamento afetivo que se constitui dentro do sistema heteronormativo, ou para a manutenção dos mercados ilegais de drogas e armas, sobretudo com papéis de mula, subjugada à figura masculinista que a facção representa. É, portanto, uma *dual* relação de ‘importância’ e de descartabilidade.

A partir do exposto, alguns aspectos se sobressaem na interseção dessas últimas linhas: 1. as estruturas de gênero estão presentes também nas relações de poder nas tramas da violência urbana; 2. o relacionamento afetivo dentro da lógica cisheteropatriarcal subjugava o feminino ao masculino dominante; e 3. o tráfico local da jovem está subordinado aos jogos de poder envolvidos na disputa do tráfico de drogas; se uma mulher quer vender drogas ela precisa estar aliciada a uma facção, seja como batizada, seja como simpatizante. Cabe também problematizar a questão racial nesse contexto, posto que mulheres não brancas são culturalmente hipersexualizadas e mercantilizadas; para ilustrar, as interlocutoras que compartilharam essas vivências de objetificação e subalternização aos seus companheiros são majoritariamente negras.

Considerações finais

Nesse artigo, tomando por base narrativas de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional análogo ao tráfico sobre suas trajetórias de vida, cartografamos linhas que constituem o envolvimento dessas adolescentes em facções na cidade de Fortaleza-CE. Essa pecha da ‘envolvida’, produzida por narrativas que criminalizam adolescentes pobres, negras, moradoras de bairros periféricos e também sexualizadas (em sua dimensão homoafetiva ou associação a mulheres vulgares, como ‘mulheres de bandidos’), é reiterada, operando na produção psicossocial da ‘adolescente envolvida’, uma identidade ‘abjeta’. A análise psicossocial da violência urbana em interface com gênero possibilitou compreender territórios existenciais juvenis perversamente (in)visibilizados nas tramas da violência em meio às redes de afeto e às visões sobre o mundo que as jovens constroem em seus contextos e a partir de suas condições de vida.

A pesquisa apresenta algumas limitações, visto que um acompanhamento mais longitudinal ou mesmo etnográfico produziria outros olhares sobre os efeitos psicossociais da violência nas trajetórias das adolescentes. Vale ressaltar que o locus da pesquisa era um centro socioeducativo localizado no Estado do Ceará destinado a adolescentes e jovens mulheres (respeitando a faixa etária de cumprimento de medidas socioeducativas) em que as adolescentes encontravam-se cumprindo medidas socioeducativas e que, durante a pesquisa de campo, algumas delas as finalizaram e foram liberadas, sem termos a chance de fazer encontros complementares à primeira entrevista. Já com as adolescentes que tivemos um segundo momento, observamos que foi interessante para que elas se questionassem sobre suas vidas e perspectivas de futuro, aprofundando aspectos abordados no primeiro encontro.

Por fim, destacamos a importância do estudo para aprofundamentos de análises acerca de como as relações entre juventudes com as dinâmicas psicossociais da violência em territórios urbanos são perpassadas pelo gênero, devendo este ser visto de forma interseccional e contracolônial junto a questões raciais. A partir dos resultados e discussões, gênero e raça são categorias-chave para entendermos os efeitos psicossociais da violência nas trajetórias de vida de adolescentes a quem se atribui a pecha de ‘envolvidas’, bem como um dos aspectos preponderantes para a compreensão de suas inscrições diferencialmente precarizadas em grupos criminais que disputam mercados ilegais e territórios urbanos.

Pensar a problemática da desigualdade de gênero e de raça e questionar como, interseccionalmente, constroem-se as relações sociais e as subjetividades de adolescentes e jovens no Brasil é de suma importância para construir políticas públicas que visem garantir e efetivar os direitos de adolescentes e jovens mulheres, enfrentando vulnerabilidades politicamente induzidas. Além disso, é importante destacar o gênero enquanto uma categoria contracolônial que corrobora com o questionamento a manutenção da colonialidade na constituição das hierarquias de gênero e do sistema patriarcal que se sobressai nas formas em que adolescentes e jovens são subjugadas, subalternizadas e assassinadas nas tramas da violência em territórios urbanos.

A priori, destacamos a importância de a Psicologia adentrar em estudos críticos à colonialidade, embora entendamos que tal articulação ainda é recente no Brasil, precisando de maior inserção e problematização teórica. Nesse sentido, compreendemos como ainda mais necessários os deslocamentos epistêmicos críticos à colonialidade para pensar a atuação da Psicologia Social ética e implicada com as minorias étnico-raciais dissidentes e com o compromisso social. Uma práxis que ao mesmo tempo em que reitera seu caráter político quanto à vida, problematiza os enquadramentos ontológicos acerca da humanidade a partir da crítica à colonialidade.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Letramento Justificado.
- Barros, J. P. P., Nunes, L. F., Sousa, I. S., & Cavalcante, C. O. B. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 475-488. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a08.pdf>
- Benicio, L. F. S., Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., Da Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Costa, A. F. (2018). Necropolítica e a pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza-CE. *Psicologia Ciência & Profissão*, 38(n. esp. 2), 192-207. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Autêntica.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica.
- Cavalcante, L. F., Nunes, L. F., I Alves, I S., Gomes, C. J. A., & Barros, J. P. P. (2022). Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, 5(27), 27-44. <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/243>
- Lugones, M. (2014). Colonialidad y género: hacia um feminismo descolonial. In W. Mignolo, M. Lugones, I. Jiménez-Lucena, M. Tlostanova. *Género y descolonialidad* (pp. 13-42). Del Signo.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas de inimizade*. Antígona.
- Nunes, L. F., & Barros, J. P. P. (2022). Crossing of urban violence in the life trajectories of adolescents deprived of freedom. *Trends in Psychology*, 32, 662-681. <https://doi.org/10.1007/s43076-022-00198-z>
- Oliveira, C. (2001). *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Sulina.
- Paiva, L. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. *Caderno CRH*, 32(85), 165-184. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>
- Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (2014). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* (Vol. 2). Sulina.
- Quijano, A. (2009). A colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Gráfica de Coimbra.
- Rossi, A., & Passos, E. (2014). A análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, 5(1), 156-181. <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17972/material/An%C3%A1lise%20Institucional%20no%20Brasil.pdf>

- Sales, M. (2005). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência* [Tese de doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Scisleski, A., Checa, M. E. P., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S., & Vitta, A. L. (2017). A lei em conflito com os jovens: problematizando as políticas públicas. *Revista Polis Psique*, 7(2), 4-27. <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/70477/0>
- Sousa, I. S., Nunes, L. F., & Barros, J. P. P. (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Psicologia Política*, 20(48), 370-384. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a09.pdf>
- Sousa, M. J. S. S. (2019). *As peculiaridades da violência no Ceará: aventuras e maneiras de fazer o crime* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Ceará.

Disponibilidade de dados: Dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas.

Recebido em 22/10/2021
Aceito em 20/02/2023